

Conferência é discriminada

Da Redação
Com agências

Racismo deve ser problema apenas de países pobres. Pelo menos é o que se conclui do pequeno comparecimento de representantes do Primeiro Mundo à 3ª Conferência das Nações Unidas contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância Correlata, que começa hoje e vai até 7 de setembro em Durban (África do Sul). Dos 15 chefes de Estado presentes, nenhum é de país rico. A maioria é da África. A ONU tentou evitar boatos sobre o fracasso da cúpula alegando que o encontro é ministerial. Mas, dos europeus, só a Itália mandou seu ministro das Relações Exteriores.

A maior ausência é a dos Estados Unidos, que decidiram mandar apenas uma minidelegação liderada pelo vice-assistente do secretário de Estado para organizações internacionais. "Nem os americanos conseguiram erradicar o racismo. Eles precisam dessa conferência tanto quanto nós", reclamou o vice-presidente sul-africano, Nkosa Zuma. De acordo com assessores próximos a Colin Powell, o secretário de Estado, ele queria ir ao encontro, mas foi dissuadido pelo presidente George W. Bush. É melhor desagradar ao eleitorado negro — menos poderoso e organizado — que a influente elite judaica.

Na véspera da abertura da conferência os ânimos se exaltaram em Durban: Ativistas palestinos invadiram um debate sobre anti-semitismo organizado por 20 grupos judeus aos gritos de "sionismo é racismo, Israel é apartheid". A polícia evitou a briga. Alguns delegados israelenses deixaram a cidade.

LIMPEZA ÉTNICA

Orascunho da declaração final não compara — como queriam a maioria dos países africanos e asiáticos — o sionismo ao racismo. Mas o texto que deve ser aprovado expressa a "preocupação pela prática de discriminação racial contra os palestinos" e define como "limpeza étnica" o tratamento dado aos árabes que moram em assentamentos.

Israel, que também ameaçou boicotar a conferência, anunciou que enviará delegados de segundo escalão. O Canadá seguiu o exemplo norte-americano — em defesa dos israelenses, o ministro das Relações Exteriores enviará apenas o secretário de Estado para o multiculturalismo. Na ausência de outros líderes, os destaques do encontro serão o presidente cubano, Fidel Castro, e o líder palestino Yasser Arafat.

Kofi Annan, secretário-geral da ONU, fez um discurso tenso ontem no Fórum de Organizações Não-Governamentais, durante o qual foi interrompido por gritos de ativistas palestinos e representantes da casta indiana dalit. "Dialoguemos. Vamos sustentar um diálogo sério", respondeu Annan.

Karel Prinsloo/AP



COMERCIANTES SUL-AFRICANOS, EM GREVE HÁ TRÊS DIAS, PROTESTARAM CONTRA O RACISMO E A PRIVATIZAÇÃO DAS ESTATAIS EM DURBAN

OS GRANDES TEMAS EM DEBATE

ESCRavidÃO

Países africanos e Organizações Não-Governamentais (ONGs) exigem o reconhecimento da escravidão como um crime contra a humanidade e indenizações às famílias das vítimas. Há polêmica sobre essa reivindicação, pois as ex-colônias européias e os Estados Unidos não querem que esse pedido abra caminho para processos visando compensações financeiras. O Brasil é contra o pagamento de indenizações, mas levou a Durban um compromisso: "O Estado brasileiro reconhece a sua responsabilidade histórica pelo escravismo e pela marginalização econômica, social e política dos descendentes de africanos", diz o documento oficial. O Brasil também reconhece que a escravização de africanos e indígenas, o tráfico transatlântico de escravos e a marginalização de seus descendentes configuram graves violações aos direitos humanos. "A linguagem que vamos usar ainda está em negociação. Os países europeus admitiriam fazer um pedido de desculpas em geral sem fazer vinculação entre desculpas e reparação em

dinheiro", diz o secretário de Direitos Humanos, Gilberto Saboia.

SIONISMO

O conflito no Oriente Médio ocupará um lugar central em Durban. Os chanceleres dos Estados Unidos e do Canadá desistiram de participar da Conferência por causa do caráter antiisraelense de alguns documentos e dos debates preparatórios. Há uma proposta dos países árabes de considerar o sionismo como uma forma de racismo. O Brasil e a maioria dos países ocidentais são contrários à iniciativa. Para os árabes, Israel segrega os palestinos, privando-os de direitos básicos. O chefe do departamento político (Relações Exteriores) da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), Faruk Kaddumi, disse que a delegação palestina em Durban pedirá uma "condenação firme das agressões israelenses". Será difícil para os árabes aprovar a proposta, mas a possibilidade existe, pois eles poderiam obter o apoio dos africanos. Aos olhos do Brasil, não é apropriado afirmar que sionismo é uma forma de racismo. "Essa proposta significa forçar a

questão, pois acusar Israel de racista é invalidar ou desqualificar o país", afirmou o secretário de Direitos Humanos, Gilberto Saboia.

POVOS INDÍGENAS

A Conferência discutirá o uso da expressão "povos indígenas". A adoção do termo é polêmica, pois muitos países temem que, se aprovado, seja utilizado pelos índios para tentar a autodeterminação, o que poderia desencadear a exigência de soberania territorial. Nesse ponto, há uma diferença entre os indígenas do Norte e do Sul das Américas. Muitos grupos da América do Norte exigem autodeterminação, mas no Sul a maioria não planeja se separar dos estados-nação. EUA, França e Grã-Bretanha rejeitam a adoção do termo, enquanto os países latino-americanos, entre eles o Brasil, aprovam, desde que isso não signifique o direito à autodeterminação. "O conceito povo assegura o direito à cultura própria, à demarcação das terras e ao acesso ao desenvolvimento econômico", explica Marcos Terena, que representou a Fundação Nacional do Índio (Funai) em

Genebra, na última reunião preparatória da Conferência.

HOMOSSEXUAIS

Um dos temas mais polêmicos da conferência refere-se à intolerância. Nas três reuniões preparatórias, o homossexualismo foi tratado com reverência, mas aparece entre colchetes no texto preparatório da Conferência contra o racismo (colchetes na linguagem diplomática significam que o tema é controverso e não é aceito como forma de discriminação). Além disso, o assunto pode não chegar à mesa de discussão, pois países árabes e o Vaticano rejeitam a aceitação da homossexualidade como forma de relacionamento. Por outro lado, se aprovada a não-discriminação da liberdade de orientação sexual, muitas leis nacionais devem ser mudadas, como a do casamento entre pessoas do mesmo sexo, o direito à pensão e à adoção de crianças. No Brasil, a discussão entre governo e parte da comunidade gay levou à preparação de um documento que, entre outras coisas, reconhece haver discriminação sistemática dos homossexuais, criminalizando a ofensa a gays.